

Governo começa a discutir mudanças

BRASÍLIA — Com a definição do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos, o Presidente José Sarney começa hoje a estudar as alterações que deverá promover em seu Governo, em reunião com Ministros e assessores políticos, no Palácio da Alvorada. Embora o Presidente ainda não tenha tomado uma decisão sobre a reformulação de seu Ministério, assessores do Palácio do Planalto animavam-se ontem com a possibilidade de os Ministros ligados ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — Renato Archer, Luís Henrique, Celso Furtado e Almir Pazzianotto — pedirem demissão “por questões éticas”.

Na semana passada, os quatro Ministros assumiram o compromisso, entre si e perante Ulysses, de deixar o Governo caso fosse aprovado o presidencialismo. A abstenção do Deputado nas duas votações, segundo os mesmos assessores, também deverá influir no afastamento de Archer, Pazzianotto, Luís Henrique e Celso Furtado. A omissão de Ulysses, que diversas vezes defendeu abertamente o presidencialismo e o mandato de cinco anos, desagradou profundamente o Palácio do Planalto.

As alterações no Ministério serão discutidas hoje em reunião do Presidente Sarney com os Ministros das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jäder Barbalho, do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e o Assessor Especial da Presidência, Thales Ramalho. A nova base de sustentação do Governo no Congresso não deverá considerar o PMDB como um todo, apenas os setores alinhados com o Palácio do Planalto nas votações de ontem. Pela avaliação do Governo, existem “vários PMDBs” e, por isso, os novos aliados devem ser recrutados também em outras legendas.

Ao sair da primeira reunião com o Presidente após a votação do sistema de governo, o Ministro da Administração, Aluizio Alves, disse que Sarney está “satisfeito com o resultado”, pois o Governo poderá agora montar



Sarney reúne-se hoje com quatro Ministros e Thales Ramalho no Planalto

uma base parlamentar sólida, que não conseguira até então por ter ficado “sem o apoio de lideranças expressivas no Congresso”.

— Agora as bases parlamentares resolveram constituir uma base de apoio ao Governo — disse Aluizio Alves, descartando, contudo, a hipótese de formação de um novo partido.

Os primeiros efeitos da votação de ontem no Palácio do Planalto indicam uma mudança de rumo do Governo, através de uma ação mais agressiva. O Presidente, segundo observou um assessor, está livre para agir e com mais independência política. Apesar dessa nova postura governamental, em decorrência da vitória obtida na Constituinte, auxiliares próximos ao Presidente não acreditam em demissões no Ministério, num primeiro momento, porque, conforme asseguram, Sarney “não compeliu nenhum de seus Ministros a trabalhar pelo mandato de cinco anos nem pelo presidencialismo”. Acreditam, porém, que alguns deles devem ser “compelidos a deixar o Governo”.

Além disso, acham que alguns Ministros podem não concordar com a nova base de sustentação do Governo e decidam sair. Nesse contexto de mudança de rota do Governo, já estão sendo definidas no Palácio do Planalto algumas diretrizes de atuação na

área econômica, destacando-se um controle maior do déficit público, com a conseqüente redução de subsídios, e a privatização de empresas estatais.

Enquanto no Planalto se acentuava com as modificações que serão introduzidas no Governo, na Constituinte delineava-se, claramente, a ofensiva dos parlamentares fiéis a Sarney na defesa de uma reforma ministerial. O Deputado José Lourenço, Líder do PFL na Câmara, por exemplo, anunciou que vai cobrar do Presidente uma mudança no Ministério, “porque o Governo tem, a partir de agora, de refletir a nova realidade parlamentar”. E foi mais longe: disse que os Ministros parlamentares devem pedir demissão.

Para o Ministro Antônio Carlos Magalhães, a saída dos Ministros parlamentaristas é uma questão de consciência de cada um. O Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), amigo pessoal do Presidente Sarney, acredita que o Governo vai partir para uma reformulação na equipe e o PMDB “deverá ficar de fora”.

Mais cauteloso, Prisco Viana acha cedo para se falar em “bloco do Presidente na Constituinte”. Para o Líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, não haverá mudança ministerial agora. Segundo ele, Sarney foi amplamente prestigiado pelas forças parlamentares e as acusações de que o Governo pressionou a Constituinte “são infundadas”.

INFORME PUBLICITÁRIO

A NAÇÃO É PRESIDENCIALISTA

Cláudio Campos

A superioridade do regime presidencialista sobre o parlamentarista, no período histórico que estamos iniciando, reside basicamente no fato de que o presidencialismo permite à população escolher diretamente, ela própria, o governo do país.

No regime parlamentarista, o chefe do governo — e por extensão todo o Conselho de Ministros, — não resulta de uma escolha direta do eleitor, mas de acordos e combinações feitas à posteriori pelo Congresso. No parlamentarismo, governos são formados e são derrubados sem que o povo tenha nisso qualquer participação direta.

A eleição, pelo voto popular, do chefe do governo é a única diferença real entre parlamentarismo e presidencialismo democraticamente definidos. O presidencialismo democrático não implica qualquer diminuição das demais atribuições do parlamento na gestão da coisa pública. Pelo contrário, ele pressupõe a fiscalização, controle, orientação, co-participações e, em último caso, a destituição do governo pelo Congresso. O presidencialismo representa portanto um progresso em relação ao parlamentarismo, que, longe de “moderno e avançado”, tem origem na política de composição com a monarquia, e que, para isso mesmo, promoveu a divisão esquizofrênica entre chefia de governo

e chefia de estado, não permitindo, via de regra, a eleição direta de nenhuma das duas.

Essa eleição direta nos é hoje particularmente indispensável.

Primeiro, porque essa é uma aspiração sentida do nosso povo, que esteve no centro de sua luta por mais de vinte anos. Não é possível frustrá-lo.

Segundo, porque a eleição direta estabelece um vínculo entre o governo e a população que nos é hoje imprescindível, que deixa a população à vontade para cobrar, reivindicar, empurrar o governo para a frente. Sem o povo, sem a sua mobilização, não se chegará a lugar algum, não será possível vencer os imensos obstáculos que cerciam o nosso desenvolvimento.

Há quem se surpreenda com o fato do presidencialismo ser preferido por trabalhadores, empresários, civis, militares, etc. Não há com que se admirar. O presidencialismo é a preferência da nação. É a preferência dos que não temem passar pelo crivo popular e não pretendem decidir a disputa pela escolha conveniente das regras do jogo.

Há quem pretenda justificar a adoção do parlamentarismo em função de certas considerações de caráter imediatista. No entanto, não só é inadmissível comerciar —

e de forma tão mesquinha — o sentimento, a vontade e o futuro da Nação, como também não há qualquer indício sério de que essa medida possa, num prazo tão curto, modificar de forma significativa o desempenho do país. Além disso, temos certeza de que se o PMDB — seus governadores, deputados, senadores, prefeitos, diretórios — se unirem em torno de um Programa de Emergência concreto e definido, ele terá todas as condições de fazer com que esse programa seja aproveitado. E se não for capaz de produzir esse programa, evidentemente de pouco adianta escolher esse ou aquele sistema de governo. Por outro lado, não há por que invocar uma suposta insuficiência da maioria na Constituinte, para incompreensivelmente tentar justificar a adoção de um regime ali minoritário e que sabidamente não conta com a preferência popular.

O que nos faz falta é um presidencialismo democrático, e, além disso, uma continuada política de defesa dos interesses nacionais, de ruptura da dependência e do subdesenvolvimento.

A responsabilidade é grande, mas a Constituinte não decepcionará a Nação.

* Cláudio Campos é o Presidente do Movimento Revolucionário Oito de Outubro — MR8